



“Mar pode render 60 mil milhões por ano em cobre, cobalto e níquel”

Estratégia Nacional para o Mar. Até meio de julho, Governo conta aprovar as linhas mestras da sua política para o sector que tem sido indicado por Cavaco como “uma prioridade nacional”. O secretário de Estado do Mar explica

FERNANDA CÂNCIO

Quanto vale o mar? Para um país assolado pela austeridade e pelo défice, a pergunta é a primeira que ocorre quando se fala de uma estratégia nacional para o sector. A resposta não pode, diz o secretário de Estado da tutela, Manuel Pinto e Abreu, ser dada “em números, como os jornalistas gostam. Não posso dizer-lhe que o espaço nacional vale X. Isso não posso. Mas digo-lhe que em termos só de níquel, cobalto e cobre, um monte submarino com 1600 quilómetros quadrados de área pode conduzir a um rendimento líquido anual de 300 milhões de euros. E temos nas nossas águas cerca de 200”. É fazer as contas: 60 mil milhões de euros/ano, ou seja, só menos 18 mil milhões que o empréstimo pedido por Portugal à dita *troika*.

E como é que esta riqueza se materializa? “Nós hoje em termos de exploração do mar profundo somos dos países mais desenvolvidos. Recuperámos e ganhámos muito conhecimento nos últimos anos. Mas na área da extração de minério a grande profundidade só existe no mundo inteiro uma companhia com capacidade. Há um pequeno número de países que estão a tentar desenvolvê-la mas não faz sentido se encontrarmos recursos metálicos nessa cruzada, que levaria mais de 10 anos e acarretaria um enorme investimento. O primeiro local do mundo onde vai começar a exploração sistemática desse tipo de recursos é a Papua-Nova Guiné; o que faz sentido é, tendo os recursos, anunciá-los ao mundo para que haja quem os explore.”

As contas feitas aos montes submarinos já incluem os que farão par-

te da soberania exclusiva de Portugal na desejada extensão da plataforma continental, que passa por um dossier de candidatura na ONU, a dever ser, segundo Pinto e Abreu, “apreciado lá para 2014/2015”. O *dossier*, cuja preparação decorre há mais de sete anos, incluindo trabalhos científicos de sondagem e recolha de amostras que se iniciaram em janeiro de 2005, esteve sob a direção do ora se-



“

Nós hoje em termos de exploração do mar profundo somos dos países mais desenvolvidos”

MANUEL PINTO ABREU
SEC. ESTADO DO MAR



Para Cavaco é preciso apostar no mar

Cavaco tem insistido no desígnio marítimo

FUTURO O mar tem de ser um desígnio nacional, vem insistindo Cavaco-Silva desde a sua tomada de posse como Presidente da República. A localização geográfica do País, em vez de nos condenar à situação periférica de "um país mais remoto", pode ser uma enorme vantagem estratégica e económica se assumirmos "uma nova centralidade atlântica".

No *cluster* do mar, da indústria naval ("a Lisnave é a maior empresa de reparação naval da Europa e uma das cinco maiores do mundo") à exploração dos fundos marinhos, do porto de Sines ("poderá vir a tornar-se uma porta atlântica do mercado ibérico") aos parques eólicos *offshores* ou à diminuição do défice da balança comercial de pescado, as vantagens, para o PR, parecem ter a dimensão do Atlântico.

E, além da longa linha costeira, dois arquipélagos atlânticos, maior área marítima sob jurisdição nacional da UE e pretensão de alargar uma das maiores plataformas continentais do mundo, "Portugal tem no mar, ainda hoje, a sua melhor imagem de marca". "Mas", como sublinhava nas Comemorações dos 550 Anos da Morte do Infante D. Henrique, "falta largar do cais".

FERNANDO MADAFIL

cretário de Estado, que é oceanógrafo e engenheiro hidrográfico, além de oficial de Marinha, e foi em 2004 nomeado para chefiar a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental. Está em causa "obter o máximo possível de área pelo cruzamento de dois critérios, o do relevo submarino/profundidade (a batimétrica) e o das milhas, calculando-se que vamos deter soberania sobre mais dois milhões e 150 mil quilómetros quadrados de plataforma, que se somarão aos actuais milhão e 700 mil quilómetros quadrados".

Programa em duas semanas

A extensão da plataforma é "o primeiro grande programa para o mar" do Executivo, tal como o define Pinto e Abreu, e está naturalmente integrado na Estratégia Nacional para o Mar, que conta ter pronta nas próximas duas semanas e abrange três grandes vertentes: pesquisa e conhecimento, preservação e exploração. A pesquisa e conhecimento "inclui elencar os recursos vivos e não vivos, os usos e actividades do mar e ainda a avaliação de oportunidades e ameaças", explica. "No que respeita aos recursos vivos o levantamento não está tão completo como nos não vivos, já que é necessário proceder a pesca e os navios que têm feito o levantamento relacionado com a extensão da plataforma não têm essa capacidade. Existem dados sobre a biomassa nas nossas águas mas não estão completos. Por exemplo, ainda não temos a caracterização completa do *stock* de sardinha."

A ideia, sublinha, é "recolher dados orientados para uma nova realidade das pescas, em que nos temos de preparar para o rendimento máximo sustentável (determinar com a exatidão pos-

3 grandes vetores

Pesquisa e Conhecimento

► O levantamento dos recursos marinhos tem estado em marcha em parte devido à preparação do *dossier* da extensão da plataforma continental. Os recursos "não vivos", porém, incluindo *stocks* de peixe, estão mais identificados que os vivos.

Exploração

► Enquanto não arranca a extração de minério e as sondagens em busca de gás natural e hidrocarbonetos não dão frutos, as prioridades são a aquicultura, a náutica de recreio e o sector dos portos e transportes.

Preservação

► Rede Natura marítima, imposta por uma diretiva europeia cujo prazo de transposição, de três anos, está a findar, deve estar definida até dia 15.

sível qual o volume de pesca adequado a um determinado *stock*) e para a eliminação das rejeições – que significa que se têm de trazer para terra e aproveitar o que antes era rejeitado, devolvido ao mar." Ou seja, 30 anos depois de, por directiva da então CEE, se terem pescado toneladas de peixe para mandar ao mar, agora é proibido deitar fora aquilo que se pesca sem querer.

Ainda na área da pesquisa e conhecimento integra-se a fusão de vários organismos no Instituto da Atmosfera e do Mar, assim como a entrada em funcionamento da Unidade de Alerta de Tsunamis. Segue-se a área de exploração, na qual o Governo pretende que haja mais investimento na aquicultura através do recurso a fundos europeus disponíveis, e "atrair mais gente para a náutica de recreio". A área dos transportes e portos, sob tutela do Ministério da Economia, continuará a ser um vector essencial. Por fim, a área da preservação (que, avalia Pinto e Abreu, "em geral é boa"): é preciso, aplicando uma diretiva europeia, definir a extensão de Rede Natura marinha. Um trabalho que o Governo conta esteja completado a 15 deste mês.

Também em termos governativos haverá alterações: será criada "a figura dos pontos focais que funcionam para o mar, directores-gerais que em cada ministério, sob coordenação do director-geral de Política do Mar, possibilitarão a articulação das políticas". A estratégia, que ainda não tem orçamento fixado, deverá implicar "um investimento de 60 a 80 milhões de euros por ano."

os números do mar

85 mil

É o número de empregos diretos gerados em pelas atividades ligadas ao mar

44,5 mil toneladas

É o valor da produção anual de sal marinho em território português

53 por cento

Do comércio externo da União Europeia transita por águas portuguesas

10 mil

É a estimativa do número de pessoas no sector da pesca

